

Manuel Henriques Rijo

**Mário
Castelhano**
Esboço biográfico



PELO APOIO MÚTUO E AUTOGESTÃO

PORTAL ANARQUISTA



Índice

Nota de edição	2
Manuel Henriques Rijo	4
MÁRIO CASTELHANO - Esboço biográfico	6
Proémio	8
Vida profissional	11
Vida de militante	15
Mario Anarquista	33
A sua concepção de solidariedade	37
Mário e a família	40
Primeira deportação	45
Na prisão	53
Segunda e última deportação	57
Notas do Editor	64



Algumas folhas do manuscrito de Manuel Henriques Rijo, escrito no Tarrafal, poucos dias depois da morte de Mário Castelhana.

Nota de edição

Este pequeno esboço biográfico de Mário Castelhana, feito pelo seu amigo e companheiro de lides sindicais e políticas, Manuel Henriques Rijo, é um documento importante^a, que até hoje nunca tinha sido publicado, embora esteja público, na internet, através do Projecto MOSCA^b.

É um documento importante e notável, em primeiro lugar por trazer à luz do dia uma parte relevante da biografia daquele que foi o último secretário-coordenador da CGT, quando esta já estava na clandestinidade.

^a O manuscrito de Manuel Henriques Rijo integra a colecção documental do Arquivo Histórico-Social, criado pelo Centro de Estudos Libertários, reunido em Lisboa nos anos 1980-1987, depositado na Biblioteca Nacional, e que integra o espólio de diversos militantes anarquistas e anarco-sindicalistas portugueses.

^b O Projecto de investigação MOSCA (Movimento Social Crítico e Alternativo) está acessível em <http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/>.

Em segundo lugar, por ter sido começada a escrever e terminada poucos dias depois da sua morte no Campo de Concentração do Tarrafal, aos 44 anos, vítima das más condições prisionais e da falta de assistência médica.

E, por último, por ter sido escrita no próprio Campo do Tarrafal, por um companheiro que com ele partilhou a actividade sindical, mas também as prisões e o degredo, nomeadamente para África, Açores e, depois, Cabo Verde.

No ano em que se assinalam os 80 anos da morte de Mário Castelhana, uma das figuras incontornáveis do anarco-sindicalismo e do anarquismo nas primeiras décadas do século XX, esta edição (acompanhada de fotos, a maioria, do arquivo pessoal de Mário Castelhana, igualmente disponíveis no Projecto MOSCA) é também uma homenagem a um dos homens que esteve na primeira linha na organização da revolta operária do 18 de Janeiro de 1934 contra a fascização dos sindicatos.

Transcrevemos na íntegra o manuscrito de 30 páginas, ainda que com ligeiras alterações de pontuação e de grafia de algumas palavras. Outras, raras, não conseguimos ler e fazemos referência a esse facto no texto.

No decurso do texto, e no final, acrescentámos algumas notas sobre factos e militantes referidos por Manuel Henriques Rijo.

Esperamos que com esta edição possamos contribuir para um melhor conhecimento de Mário Castelhana e da CGT, cuja acção se desenrolou, em parte, já em tempos de fascismo e de uma violenta repressão que teve, nesses momentos iniciais, o movimento sindical e o anarquismo como principais alvos.

Luís Bernardes

20/10/2020



MANUEL HENRIQUES RIJO (1897-1974)

Nasceu em 1897, na Arruda dos Vinhos. Muito novo veio para Lisboa, entrando para o serviço da CP como factor na estação de Santa Apolónia.

Atraído pelo movimento sindical, começou a sua actividade no Sindicato dos Ferroviários da CP. Tendo tomado parte activa na greve de 1921 e esta sido vencida pela repressão do governo, ele e Mário Castelhana foram demitidos, começando entre eles uma fraternidade militante que só a morte interromperia.

Rijo seguia fielmente a posição sindicalista revolucionária mas, em 1926, no seguimento dos debates no seio da CGT em que os anarco-sindicalistas criticavam as posições indefinidas de alguns sindicalistas, tomou posição por aqueles. Entrou então para o Conselho Confederal em representação da Federação Ferroviária e depois foi eleito para o Comité Confederal assumindo a Administração de A BATALHA, continuando a acção porfiada por Manuel Figueiredo.

O 28 de Maio condensava uma ameaça séria para o movimento sindical. Após o 7 de Fevereiro de 1927 desencadeia-se uma vaga de prisões e Rijo e Castelhana são presos e deportados

para Angola, onde permaneceram cerca de três anos, em Novo Redondo.

O precário estado de saúde de ambos ocasionou serem removidos para os Açores. Depois de ali se encontrarem deportados, eclode a revolta da Madeira, para onde se dirigiram, tendo ambos tomado uma parte muito activa na dinamização do movimento popular pela organização sindical insular. Vencido o movimento, conseguiram fugir clandestinamente para o continente.

Rijo volta ao Comité da CGT e nesta fase vem a ocorrer o 18 de Janeiro, em cuja preparação participa activamente.

Salvo das prisões em massa, vem a ser preso alguns meses depois por denúncia de José Gonçalves, que entra para o serviço da Pide.

Apesar da sua débil saúde, consegue vencer o cativeiro de vários anos, no Tarrafal, durante o qual coligiu muitas notas da vida naquele campo de concentração, e sobretudo reafirmativas da posição anarco-sindicalista. Morreu em Agosto de 1974.

E.S. (Emídio Santana)^c

^c Texto publicado na revista A Ideia, nº 16, inverno 1980, pág. 59. (https://aideiablog.files.wordpress.com/2017/12/a_ideia_16.pdf). Sobre a foto: fotógrafo não identificado, sobre Manuel Henriques Rijo, ferroviário e militante anarcossindicalista, que esteve preso no campo de concentração do Tarrafal (Cabo Verde). Esta fotografia foi conservada pelo seu cunhado Emídio Santana e por ele entregue ao Arquivo Histórico-Social, criado pelo Centro de Estudos Libertários, reunido em Lisboa nos anos 1980-1987. (<http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/arquivo/index.php?p=digitallibrary/digitalcontent&id=656>)

“Mário Castelhana. Esboço biográfico”, Manuel Henriques Rijo
Documentos do Tarrafal

MÁRIO CASTELHANO

Esboço biográfico

DOCUMENTOS DO TARRAFAL

À memória dos quatro lutadores da causa libertária: Pedro Matos Filipe¹, Abílio Augusto Belchior², Arnaldo Simões Januário³ e Mário dos Santos Castelhana, que no Campo de Concentração do Tarrafal⁴ perderam a vida. Sentida homenagem do Autor.



Grupo de presos devido à greve revolucionária de 18 de janeiro deportados para os Açores a bordo do vapor ‘Lima’, em 1934

Proémio

Trabalho difícil este, que nos propusemos realizar: escrever sobre um amigo que em toda a sua vida teve actos e atitudes duma elevação moral, duma nobreza de carácter pouco vulgar. É, de facto, uma tarefa que, dado os poucos dias decorridos após a morte desse amigo, se nos torna bastante penosa.

A colaboração de vinte e um anos na luta em defesa da Liberdade e das reivindicações do proletariado, e ainda a comunhão de ideias e sincera amizade que sempre nos unira, são o suficiente para nos impor o dever de escrever o esboço da sua biografia, não só para os que o não conheceram na intimidade, mas também para aqueles que, lutando a seu lado, recordem com saudade a figura moral que perderam.

Mário Castelhana não teve na sua vida um acto que pudesse ser considerado menos digno, uma atitude menos correcta.

Despido de vaidade, alheio às ambições tão vulgares no género humano, entregou-se completamente ao ideal da perfectibilidade humana.

Amava a família, mas esta nunca lhe serviu de obstáculo à realização das suas aspirações.

Mário era o doutrinário, o organizador, o lutador. No gabinete transmitia ao papel todos os seus criteriosos estudos, apresentando-os depois à discussão dos seus camaradas. Ouvia com serenidade todas as opiniões, refutava com argumentos convincentes as opiniões discordantes, sempre com máxima tolerância. Aceitava todas as sugestões justas, partissem elas de onde partissem, de adversários ou de correligionários. Uma vez que essas sugestões tivessem em vista os interesses dos trabalhadores não deviam, em sua opinião, ser desprezadas.

Os seus métodos organizadores eram bem recebidos pois não desprezava o mais insignificante pormenor.

Na acção nunca deixou de aparecer onde as necessidades da luta exigiam a sua presença. Quando se tratava de efectivar qualquer trabalho, Mário reservava sempre para si o mais espinhoso, o mais perigoso.

Não vacilava perante o perigo: onde chegasse um lutador ele também podia chegar, dizia.

Não conhecia a cobardia, e afirmava, se na defesa do ideal perdesse a vida tinha cumprido o seu dever.

Mário Castelhana morreu no momento em que menos se esperava. Possuía uma grande resistência moral, sempre animado e esperançado em ver o proletariado conquistar mais liberdade e melhor situação económica, tendo por finalidade a sua integral emancipação.

O seu maior desgosto era o não conhecer todos os pormenores da guerra civil espanhola, o decorrer da luta e as causas da sua perda.

A esperança sempre crescente era a de um dia poder ler tudo quanto se tivesse escrito e viesse a escrever sobre a citada guerra. Nunca quis discutir os acontecimentos por não possuir elementos e, por isso, não emitia uma opinião que amanhã tivesse de rectificar.

A guerra actual^d também o preocupava bastante, vivendo ansiosamente para obter informações no sentido de saber as causas das imprevistas atitudes tomadas pelas nações, o que infelizmente não conseguiu.

O que o leitor vai ler é a descrição simples e real, falha de arte literária, é certo, mas sem exageros nem fantasias.

^d Segunda Guerra Mundial (1939-1945)



Casa Sindical, sede das associações operárias, Palácio Pombal, rua do Século, Lisboa, negativo de gelatina e prata em vidro, Joshua Benoliel, 1912.

Vida profissional

Mário frequentou os estabelecimentos de ensino até aos catorze anos.

As dificuldades económicas de seus pais forçaram-no, embora contra a vontade destes, a abandonar os estudos para escolher uma profissão com cuja remuneração pudesse auxiliar a família.

Mário, cujos três irmãos mais velhos eram empregados nos caminhos de ferro da C.P., escolheu esta profissão também para si. Porém, não querendo entrar para a companhia como praticante de factor, pelo que teria de estar seis meses sem ordenado, entrou como ordenança do telégrafo. Dedicou-se ao estudo dos serviços ferroviários e, em pouco tempo, habilitou-se a concorrer ao concurso para aspirante a factor.

Não aceitou a influência dos irmãos a fim de, com ela, ficar bem no concurso, pois só queria o lugar pelos seus conhecimentos profissionais.

Nomeado aspirante para a estação de Benfica, ali desempenhará as suas funções cabalmente. Estudara tudo que dizia respeito ao seu futuro de ferroviário e, dentro de dois anos, foi promovido a factor de terceira classe para a estação de Alcântara Mar.

Quando foi promovido a factor de 2ª classe para a estação de Santa Apolónia, estação de grande movimento e onde os factores eram forçados a uma vida de constantes destacamentos para as estações da linha, resolveu por este facto concorrer ao concurso de amanuenses para os serviços centrais.

Foi para a Repartição do Pessoal da Exploração (serviço de contabilidade). Exerceu ali as suas funções até Outubro de 1920, tendo nessa altura a categoria de empregado de 1ª classe.

Demitido naquele ano, quando termina a greve; greve em que a C.P., com o apoio do governo de então, retirou muitas das regalias ao pessoal, que tinha sido vencido pela força armada.

Terminado o conflito, a Companhia começa por fazer exigências ao pessoal, entre elas a da assinatura dum contrato de trabalho, que Mário considera atentatório à sua dignidade e, por isso, se recusou a assiná-lo. Os seus chefes de serviço, bem como os seus companheiros, que o admiravam pelas suas

qualidades de trabalho e de carácter, procuraram demovê-lo da sua atitude.

A sua demissão causou a todos um profundo desgosto, pois a sua conduta moral elevava-o à consideração dos que com ele privavam.

No seu serviço (organização das folhas de pagamento dos ordenados do pessoal do Movimento) era constantemente procurado pelos empregados, desde o inspector ao carregador suplementar, para saberem os descontos que lhes eram feitos e as importâncias a receber.

Nunca mostrava enfado: tão bem informava o inspector como o carregador. Essas constantes consultas originavam-lhe uma perda de tempo considerável. E, para que o serviço a seu cargo não se atrasasse, levava para fazer em casa aquilo que não tinha concluído, por falta de tempo, na repartição.

Tratava os superiores com correcção e altivez, e nunca deixou sem o seu protesto enérgico as injustiças por eles cometidas.

Cumpria integralmente com os deveres do seu cargo, para ter sempre autoridade moral de reclamar os seus direitos.

Quando factor tinha pessoal a seu cargo. Não tratava esse pessoal como seu subordinado, mas sim como seu colaborador, aconselhando-o à execução do trabalho que lhe estava destinado.

Não dava ordens, chamava cada um ao cumprimento dos seus deveres.

Se algum carregador cometia uma falta, Mário, em vez de fazer a respectiva participação aos seus superiores, chamava o carregador, fazia-lhe sentir essa falta, cujo castigo, por parte da Companhia, não só o prejudicaria a ele, carregador, mas também à sua família.

Mário nunca fez uma participação contra um seu camarada.

O não querer dar ordens, para que não tivesse um dia de participar de algum subordinado, contribuiu poderosamente para que ele tomasse a resolução de ir para os Serviços Centrais.

Terminava aqui a sua carreira de empregado ferroviário. O resto da sua vida, como empregado de escritório, será descrito no capítulo seguinte.



A Federação Ferroviária, um dos jornais, para além de O Ferroviário e d'A Batalha que Mário Castelhana dirigiu e onde colaborou.

Vida de militante

Ao entrar para os caminhos de ferro ingressou no seu sindicato. Não se limitou, apesar da sua pouca idade, a pagar a sua quota, foi mais longe: assistia a todas as assembleias e interessava-se por tudo que dizia respeito à classe a que pertencia. Começou por acompanhar de perto a actividade sindical das outras classes e a interessar-se pela leitura de livros sociológicos, revistas e jornais operários.

Assim foi adquirindo conhecimentos e formando a sua mentalidade revolucionária. Revoltava-se contra todas as

injustiças e [palavra ilegível] de que eram vítimas os trabalhadores.

A sua regular cultura permitia-lhe adquirir com mais facilidade uma maior soma de conhecimentos literários, científicos e sociológicos.

Depois de estudar as doutrinas políticas e sociais escolheu a que melhor se coadunava com o seu temperamento e inteligência. Mário foi contra tudo que representava a autoridade e opressão. E reconhecendo que os sociais-democratas^e, colaborando com a burguesia, pretendiam conquistar o Poder, enganando os trabalhadores com as suas ilusórias reformas, impotentes, portanto, para resolver a questão social, nunca lhe mereceram o seu apoio ou simpatia.

Admirando os doutrinários anarquistas, e constatando que essa doutrina se baseava na perfectibilidade humana, defendendo uma nova sociedade igualitária, o seu sentimento e inteligência se identificaram com eles.

É precisamente nessa época que em Portugal se começa a fazer sentir a propaganda escrita e falada feita pelos anarquistas e sindicalistas revolucionários. Mário é, a partir desse momento, um acérrimo defensor dos princípios federalistas.

A classe ferroviária era, então, na sua maioria, influenciada pelos ideais republicanos e essa influência fazia-se sentir no seu respectivo sindicato.

Não concordando com a orientação seguida pelos dirigentes da sua classe, mantinha-se sindicalizado e cumpria os seus

^e Historicamente, os sociais-democratas eram os apoiantes duma intervenção do Estado na economia e na sociedade, de raiz marxista, que preconizava a disputa eleitoral e parlamentar, situando-se à esquerda do quadrante político.

deveres de trabalhador consciente, não aceitando cargos directivos.

Quando em 1911 a classe declarou a greve, que foi ganha pelo pessoal, ele não só se solidarizou com os seus camaradas, como foi também um dos últimos a retomar o serviço.

À greve de 1914 presidiu um maior espírito revolucionário, pois a classe estava já desiludida da política dos dirigentes republicanos. Por este facto, Mário não regateou a sua colaboração na greve e desenvolveu nela grande actividade.

Os ferroviários foram vencidos e a Comp^a demitiu os dirigentes do sindicato, o que causou na classe uma grande desmoralização. Mário não desanimou e, junto dos seus camaradas, incitava-os a que não abandonassem o sindicato nem os seus camaradas demitidos.

Apesar dos seus esforços, a classe esqueceu com facilidade as suas vítimas, e a Comp^a aproveitou essa ocasião para que à frente do sindicato ficassem homens da sua confiança. Mesmo assim, Mário não desiste, não abandona o seu posto e constitui com outros camaradas a oposição nas assembleias.

Em 1918 a Comp^a e seus agentes conseguem levar o sindicato a declarar a greve – a chamada greve dos Decretos. Os empregados superiores, inclusivé o director, diziam aos seus subordinados, quando estes se apresentavam para trabalhar por não concordarem com a greve, pois esta tinha sido feita pela Comp^a: “vão para o sindicato, é lá que os senhores devem receber ordens”.

Essa greve serviu para que os ferroviários reconhecessem, embora tarde, que tinham sido mais uma vez ludibriados. Então meditaram nas palavras por Mário proferidas, quando da declaração da greve, atacando-a por ela não visar os interesses da classe.

No ano seguinte, 1919, os ferroviários reclamaram aumento de salário e várias regalias. Porém, ele, sempre disposto a dar o seu concurso na defesa da classe, colaborou nessa acção.

Como nem a Comp^a nem o governo atendia as reclamações, a Comissão de Melhoramentos dá conta dos seus trabalhos e indica que o último recurso seria a greve. Todavia, Mário, criterioso e ponderado, dizia que, em sua opinião, se deviam esgotar todos os recursos e só depois, caso a Comp^a não atendesse, a classe devia ir para a greve. Era necessário, dizia, preparar a opinião pública, especialmente o proletariado, informando-o das causas da greve para que este não protestasse contra os ferroviários, visto que a greve, e mesmo o aumento de salário, iria contribuir para a elevação do custo de vida.

Venceu o critério da Comissão de Melhoramentos e a greve foi declarada. Apesar da opinião de Mário ser discordante, trabalhou activamente para que o pessoal se mantivesse unido, colaborando em todos os trabalhos tendentes ao triunfo da classe.

Ao fim de 62 dias de luta, a classe saiu vencida e retomou o trabalho. Novas vítimas se verificaram; porém, a actividade desenvolvida por ele e outros elementos fez com que a classe, meses depois, visse satisfeitas as suas principais reclamações.

A sua persistente actividade, tendente a que a classe conseguisse uma melhor situação, e o aumento sempre crescente do custo da vida, deram como consequência novas reclamações.

Preparava-se a classe para enfrentar a recusa da Comp^a. Por outro lado, os ferroviários do sul e Sueste, Minho e Douro e das pequenas companhias tinham também em curso reclamações, às quais o estado e as respectivas companhias se recusavam atender.

No dia 30 de Setembro de 1920, os ferroviários do Estado declaravam-se em greve, e os da C.P. no dia 5 de Outubro.

Além dos comités de rede foi constituído o Comité Nacional dos Ferroviários de Portugal. Deste comité fizeram parte, além de outros, Miguel Correia⁵, a alma dos ferroviários do sul (este militante faleceu há pouco em Lourenço Marques) e Mário Castelhana. Apesar de ser a primeira vez que este fazia parte dum órgão tão importante, as suas opiniões eram sempre aceites como as melhores e as mais criteriosas.

O Estado e as companhias recusaram-se a satisfazer as reclamações do pessoal porque, segundo eles, ceder à imposição dos trabalhadores seria a abdicação do Poder.

Mais uma vez os ferroviários foram vencidos em nome da “ordem” e dos interesses do “capitalismo”, tendo o Estado e a C.P. demitido os militantes mais activos da classe. Mário, embora demitido, não abandonou o sindicato; organizou uma comissão, da qual fazia parte, para tratar, junto do governo, da situação dos demitidos. Muitos foram colocados em vários lados e os poucos que restavam foram, de per si, procurar nova vida.

A maioria dos elementos que ficou ao serviço não aparecia no sindicato com receio de represálias da Companhia. Mário, constatando isto, dizia-nos que não podíamos abandonar o sindicato e que deveríamos arranjar alguns camaradas, que embora nada fizessem, permitissem os seus nomes na lista dos corpos gerentes do sindicato, o que se conseguiu.

De principio, poucos apareciam. Contudo, Mário não desanima, não descansa um momento, quer redigindo o jornal “O Ferroviário”, quer escrevendo manifestos e circulares; apresenta sugestões e colabora na reorganização da classe.

As oficinas gerais tinham sido fechadas e demitidos todos os operários que lá trabalhavam.

Nomeada uma comissão, da qual fazia parte, esta conseguiu, junto do ministro do Trabalho, que as oficinas fossem reabertas e readmitido o pessoal.

Com a perda da greve vieram as defecções contra o pessoal dos vários serviços, cujos efeitos se reflectiam no sindicato.

Mário colabora na preparação duma assembleia magna, que se realizou com a denominação de “Assembleia de Reconciliação”. Desta assembleia saiu a classe mais unificada, e dela partiu a ideia de que Mário devia, pela classe, ser considerado ferroviário, dando-lhe por isso a sua confiança no sentido de que ele pudesse fazer parte de todas as comissões que viessem a ser constituídas para a conquista de regalias.

Levada essa sugestão a toda a linha, onde foi acolhida com entusiasmo, é aprovada uma moção nas delegações do sindicato, considerando-o ferroviário, podendo, de futuro, tratar de todos os assuntos que dissessem respeito à classe. Esta moção fora, dias depois, aprovada por aclamação na sede do sindicato.

Até ali, Mário recusou-se a receber qualquer remuneração pelos trabalhos que tinha realizado.

Eram já decorridos 6 meses e a sua vida economicamente era bastante difícil. Porém, ele nada queria receber sem que a sua situação fosse definida pela classe. Esta, depois de o ter considerado ferroviário, aprova dar-lhe uma remuneração equivalente ao ordenado que ele recebia outrora na Companhia. Embora tivesse aceite a confiança que a classe lhe acabava de dar, não aceitou a remuneração totalmente, aceita-a, sim, em parte, quer dizer, reduzida em algumas centenas de escudos.

Nessas assembleias Mário afirmou que não queria viver da classe, mas viver para ela. E, se aceitava uma remuneração, era

porque não tendo quaisquer outros rendimentos a não podia dispensar.

Quantos procederiam assim? Poucos, muito poucos porque executando um trabalho exaustivo era lógico que se privasse duma situação economicamente precária. Mas o seu grande amor à causa que se propusera defender não lhe permitia que aceitasse uma situação desafogada. Queria sentir, como os seus camaradas, as dificuldades económicas.

Pertenceu à “Comissão Organizadora da Conferência Inter-Sindical dos Ferroviários de Portugal”, que se realizou em 1921, no Porto. Nessa conferência, por proposta do autor do presente trabalho, foi Mário considerado não só ferroviário da C.P., mas de todas as linhas [palavra ilegível].

A Conferência nomeou-o secretário da Comissão Organizadora do I Congresso Ferroviário.

Mário, tanto em Lisboa, como na linha, recebia da classe provas de carinho e de confiança.

Foi com a sua acção inteligente que o sindicato chegou a ter 6.000 sindicalizados. Numa classe constituída por 8.000 homens prova bem a confiança que ela deposita nos seus orientadores.

Foi nomeado secretário da Comissão Executiva do sindicato e redactor principal do jornal, cargo que exerceu até Dezembro de 1924.

Como secretário da “Comissão Organizadora do Congresso” executou os trabalhos a seu cargo e foi relator da tese “A necessidade de Relações dos Ferroviários com os Trabalhadores Rurais”, tese que foi aprovada pelo Congresso em Junho de 1922.

Neste Congresso exerceu grande actividade, tomando parte na discussão de todos os trabalhos.

Enquanto Miguel Correia defendia a adesão da federação, que acabava de ser criada, à Internacional de Amesterdão, internacional reformista, Mário apresentou opinião contrária, defendendo o critério de que o Congresso não devia marcar a sua posição perante qualquer das internacionais existentes, visto que estas estavam influenciadas pelos partidos políticos, não respeitando a autonomia sindical. Além dos argumentos apresentados, baseava ainda a sua opinião no facto da classe não estar devidamente preparada para optar por qualquer delas, o que ficou aprovado por maioria.

O Congresso, onde estavam representados os ferroviários de todas as linhas, resolveu, por aclamação, considera-lo ferroviário, confirmando assim a resolução da Conferência realizada no Porto, e elegeu-o para a Comissão Executiva com o cargo de secretário de Relações Internacionais.

Em Outubro do mesmo ano realizou-se na Covilhã o Congresso Nacional Operário, aonde ele foi como delegado da Federação Ferroviária. Ali, em nome do organismo que representava, defendeu, com larga argumentação, a tese “Organização Social Sindicalista”, tese que definia os princípios pelos quais se devia reger a Confederação.

A sua grande preocupação era o facto dos ferroviários da C-P não serem confederados e não manterem uma estreita união com os restantes trabalhadores. Esse erro, dizia ele, era originado pela falta de propaganda, pois os indivíduos que tinham passado pelos corpos gerentes do sindicato não procuraram nunca identificar a classe com as restantes, limitando [palavra ilegível] à conquista de aumento de salário.

Como redactor principal do [palavra ilegível] escreveu, além dos artigos em que defendia a classe, artigos doutrinários e de propaganda do diário “A Batalha”. A par disto, criou em toda a linha agentes que procedessem à venda do referido diário e angariassem assinantes.

Também por intermédio do jornal “O Ferroviário” tornou conhecido dos ferroviários o nome dos militantes da organização operária.

Por proposta de Mário, delegados da C.G.T. com delegados do sindicato percorreram as linhas da C.P. em missão de propaganda da Confederação. Todos estes trabalhos foram bem aceites pela classe.

Mário esperava a oportunidade para que os ferroviários da C.P. dessem a sua adesão material à C:G.T.

Em 1923, a classe em assembleias magnas aprovou uma série de reclamações a apresentar à Comp^a e ao governo. A Companhia argumentava que, para atender às reclamações do pessoal, necessitava primeiramente duma autorização do governo para um aumento de tarifas. Por outro lado, o governo respondia à Comissão que a Companhia não tinha verba. Foi ainda Mário que conseguiu obter os elementos elucidativos da receita e despesa da Companhia e habilitou a Comissão a argumentar com os citados elementos contra a pretendida justificação do pedido de aumento de tarifas.

O ministro do Comércio de então, no fim de muitas “démarches” responde que o aumento de tarifas, que ia conceder, seria exclusivamente para o pessoal, pedindo à Comissão que apresentasse a forma para ser distribuída a importância proveniente do referido aumento.

A Companhia, que recebia desse aumento de tarifas 20.000 contos, pretendia dar somente dez mil, ficando, portanto, com os restantes 10.000 em seu benefício.

Mário, em nome da Comissão, redige um extenso relatório, onde eram desmascarados os intuitos da Comp^a, a qual pretendia servir-se das reclamações do pessoal para arrecadar nos seus cofres 10.000 contos, recaindo o odioso do citado aumento sobre os ferroviários.

A Companhia recusa-se a discutir o assunto com a Comissão perante o ministro, que várias vezes a convidou a um acordo. Para justificar a sua recusa, e ainda por não poder destruir os argumentos irrefutáveis, contidos no relatório, alegou que a Comissão não representava o sentir da classe, acrescentando que dessa Comissão fazia parte um indivíduo que não era ferroviário.

Mário, agindo em nome da Comissão, responde ao ministro que dentro de 5 dias a classe se pronunciaria se a Comissão traduzia ou não o seu sentir. É ainda ele que, em nome da Comissão, redige um manifesto que esta aprovou e que foi distribuído em toda a linha. No dia indicado a classe reunia em assembleia magna na “Caixa Económica Operária” com delegados das delegações do Sindicato e das estações principais da linha.

A classe, representada por essa assembleia, mais uma vez, patenteia a Mário a sua admiração e confiança. E, para provar à Companhia e ao governo que a Comissão traduzia o sentir dos ferroviários [e] que representava a classe, resolve fazer uma manifestação ao Conselho de Administração, manifestação em que se incorporaram mais de 5 mil ferroviários. E aqueles que não o puderam fazer, enviaram telegramas à Comp^a e ao governo, patenteando o seu apoio à Comissão e ao sindicato.

Como a Companhia não pôde ofuscar o valor da manifestação, foi forçada a receber a Comissão de que fazia parte o próprio Mário, aquele que ela insinuava ao ministro que não era ferroviário. Esta manifestação levou a Comp^a a atender as reclamações, mas, depois de o ter feito, fez cair o seu ódio sobre o secretário-geral do sindicato e contra dois elementos da Comissão, demitindo-os.

Foi ainda Mário com a sua inteligência e grande faculdade de trabalho que contribuiu poderosamente para que se criasse um

elevado número de boas vontades e se formassem consciências.

Foi Mário que, como secretário da comissão executiva, desenvolveu com as restantes componentes grande actividade no sentido da classe responder à violência da Comp^a, levando-a, por uma maneira digna, a anular as demissões.

A maioria da classe, que agia só pela questão económica, vendo esta satisfeita em parte, ficou sem vontade de ir mais além, dando no entanto plenos poderes ao sindicato para ir até onde fosse necessário. Dentro destes poderes, a comissão executiva pôs em execução todo o seu plano, e a classe dispunha-se a ir para a greve. É nessa altura que alguns elementos que tinham responsabilidades, e que até então defendiam uma atitude enérgica por parte da classe, começaram a fazer uma propaganda surda contra essa atitude enérgica, que eles viam prestes a ser tomada. Então, os acomodaticios, os reformistas e aqueles que se adaptam a todas as situações, unem-se para obstar a que a classe fosse para a greve.

Os corpos gerentes, todas as comissões do sindicato e ainda as comissões administrativas das delegações resolvem demitir-se. Mário, que tinha ouvido todos os militantes da classe, os quais julgava sinceros, reuniu-os de novo para apreciarem a situação e pronunciarem-se sobre as resoluções que os corpos gerentes acabavam de tomar. Nessa reunião, descobriu ele os traidores e os cobardes. Logo ali verberou o procedimento indigno dos que assim procediam e declarou-lhes que se colocaria, franca e sinceramente, ao lado dos que tinham acompanhado os corpos gerentes nas suas resoluções, a única atitude que os homens dignos podiam tomar.

Mário, que tanto tinha trabalhado para a classe, que perdia as suas horas de repouso, trabalhando dia e noite, recebia agora a primeira desilusão. Os homens que dias antes afirmavam

publicamente que iam até aonde fosse necessário, claudicavam, fazendo o jogo da Companhia.

Foi na “Caixa Económica Operária” que dias depois se realizou uma assembleia magna da classe, a qual estava largamente representada, e onde o secretário geral do sindicato informa que os corpos gerentes se demitiam.

Mário, em nome da comissão executiva, faz idêntica declaração e demite-se também de redactor principal do jornal. Acrescentou que o seu amor à classe e às ideias que defendia lhe impunha a atitude que acabava de tomar. Disse mais.” Que vale uma organização constituída por muitos ferroviários, quando esta, atingida no que ela considera primacial, não tem força pelo facto dos seus associados não possuírem a devida consciência para a desagrarar, respondendo assim à afronta recebida com a única arma de que dispõe – a greve?” E a terminar: “A minha dignidade impõe-me, como aliás o fizeram os restantes militantes que constituem os corpos gerentes e restantes comissões, um único caminho – sair”.

A assembleia não esperava que o problema lhe fosse posto naquele terreno e, por isso, ficou desorientada. Alguns elementos, não tendo responsabilidade no que se estava passando, pretenderam encaminhar a questão para a greve. Porém, tanto os corpos gerentes como todas as comissões não aceitaram, pois reconheciam ser já tarde, dado a propaganda em contrário ter produzido já os seus perniciosos efeitos e que, portanto, a dar-se a greve, esta não alcançaria os seus objectivos. Depois disto ainda alguns ferroviários sinceros procuraram demover Mário da sua demissão, todavia não o conseguiram.

Em Janeiro de 1924 eram eleitos os novos corpos gerentes. Saíram do sindicato os revolucionários; entraram os reformistas e os que só compreendem a existência do sindicato pelos benefícios materiais que dele recebem. Mário, de colaboração com o autor do presente trabalho, editou um

folheto dirigido aos ferroviários conscientes e sinceros da C.P., onde fazia a despedida dos cargos que até ali havia desempenhado no sindicato. Esse folheto serviu de pretexto aos novos corpos gerentes para editarem um manifesto de ataque à acção revolucionária de Mário.

Mário passa então a exercer apenas a sua acção na Federação ferroviária. Além do cargo de secretário de relações internacionais foi nomeado pelo conselho federal redactor do jornal órgão da federação.

Porém, os corpos gerentes [do sindicato] da C.P., não concordando com a orientação revolucionária da federação, procuraram criar a esta todos os obstáculos, recusando-se inclusive a pagar-lhe a quotização. Mas para que a classe não vislumbrasse os seus verdadeiros intuitos, atacar o organismo federativo, desenvolveram uma campanha desonesta e desleal contra Mário, afirmando que não pagavam a quotização enquanto ele estivesse na federação. Esta, conhecendo os objectivos dos corpos gerentes do sindicato da C.P., reúne o Conselho federal o qual resolveu não só enviar delegados às linhas da C.P., sendo um dos delegados nomeados o alvejado, mas fazer um convite ao sindicato a fim de que este enviasse também os seus delegados.

Só assim a classe, ouvindo a duas partes, poderia resolver a questão. O sindicato aceita o convite e, dais depois, delegados dos dois organismos seguem para as diversas delegações a expor a questão. Uma vez ali, os delegados da federação colocam o assunto com argumentos tão irrefutáveis que os delegados do sindicato permaneceram calados, limitando-se a ouvi-los. Em todas as delegações foram aprovadas moções apresentadas pelas comissões administrativas das mesmas ratificando a adesão do sindicato à federação, retirando assim a confiança aos cargos gerentes do sindicato, convidando-os ao mesmo tempo a demitir-se.

Mário recebe, mais uma vez, através das linhas da C.P., onde contava muitos amigos dedicados, uma sincera manifestação de carinho.

Os corpos gerentes do sindicato, em vez de procederem como a classe lhe havia indicado, saltam por cima de todas as resoluções e, numa assembleia, constituída por uns 50 ferroviários, aprovam por maioria a expulsão de Mário de sócio do sindicato.

A atitude inqualificável dos corpos gerentes origina a saída em massa dos associados. Fixado o número destes em cinco mil, ficou reduzido a metade, ou seja, a 2.500. Mário, discordando da atitude dos que voluntariamente abandonaram o sindicato, empregou todos os seus esforços no sentido destes voltarem a sindicalizar-se.

No entanto, o ataque aos elementos da federação continuava. E como era preciso levar o sindicato a definir a sua posição perante a federação foi resolvido pelo conselho federal (onde estavam representados os ferroviários do Sul e Sueste, Minho e Douro, Beira Alta e Lourenço Marques) convidar os corpos gerentes do sindicato em questão a provarem as suas acusações numa reunião pública, para a qual foram convidados não só os ferroviários como também todos os militantes operários. Essa reunião realizou-se na “Caixa Económica Operária” e prova alguma foi apresentada contra Mário ou contra a Comissão executiva da federação. Após isto o Conselho federal reuniu novamente e resolve, em virtude das acusações serem infundadas, considerar os corpos gerentes do sindicato como indignos caluniadores e irradiar da federação o citado sindicato.

Não obstante as injustiças de que fora vítima, Mário não desanima e continua a dar o seu esforço em defesa da classe ferroviária.

Fez parte de todas as comissões de solidariedade, quer do sindicato, quer da federação.

Quando a federação materializa a sua adesão à C.G.T. e nomeia os seus respectivos delegados, Mário, que tinha sido um dos indicados, não aceita a delegacia, porque os trabalhos de que então estava incumbido não lhe permitiam dar à C.G.T. o esforço que desejava dar-lhe. Contudo, não se alheava dos assuntos que diziam respeito à central do proletariado, contribuindo com a sua propaganda para que cada vez se fizesse mais a união dos trabalhadores.

Em 1926 surgem divergências entre 2 elementos do comité confederal, divergências que são levadas ao Conselho Confederal. Então são criados 2 grupos que se digladiam mutuamente. Este conflito não só preocupa os militantes que estavam fora dele, mas toda a organização em geral.

O Conselho da C.G.T., julgando-se impotente para achar uma solução que satisfizesse ambas as partes, resolve dissolver-se depois de ter nomeado uma comissão administrativa com o encargo de administrar a C.G.T. até à constituição de um novo Conselho.

Apreciando o conflito surgido na C.G.T., o conselho federal da federação resolve aceitar o pedido de demissão dos seus delegados àquele organismo, nomeando em sua substituição, além de um outro, Mário Castelhana. Este, atendendo ao momento especial que a organização operária atravessa, declara aceitar. Ao tomar assento no Conselho Confederal, e devido aos seus pontos de vista serem os mais razoáveis, os mais sensatos, o Conselho nomeia-o para o Comité Confederal e director do jornal “A Batalha”. Toma posse do cargo de director do jornal a 1 de Janeiro 1927.

Os redactores, que tinham recebido a nomeação de Mário com indiferença, depressa reconheceram nele um camarada leal e competente.

A orientação que deu ao jornal foi bem recebida, pois os seus editoriais visavam a união de todos os trabalhadores dentro da Confederação; não transigia com os adversários, mas aconselhava sempre a máxima tolerância.

O Comité Confederal apresentava os assuntos, pedindo aos restantes elementos que se pronunciassem; respeitava todas as opiniões e procurava que as resoluções fossem tomadas por unanimidade.

Dirigiu o jornal até 1927 (data em que foi suspenso pelo governo da ditadura, não voltando mais a ser publicado legalmente como diário), com agrado geral. Contudo, Mário continuou a fazer parte do Comité Confederal até 6 de Outubro de 1927, data em que foi preso e deportado no mês seguinte, pelo que foi então substituído no Comité.

Em 1932 – já o Mário tinha regressado a Lisboa, conforme dizemos mais adiante – alguns militantes desgostosos com a pouca actividade do Comité Confederal resolvem levar a efeito uma reunião de militantes, que tinha por fim analisar a situação geral da organização confederal. A maioria dos elementos do Comité, que também tomaram parte nessa reunião, levaram dias depois ao Conselho Confederal um plano de acção a desenvolver, que foi aprovado. É então que Mário e outros camaradas são nomeados para constituir uma comissão que tem a incumbência de fazer as “démarches” junto do governo para que este autorizasse o reaparecimento do diário “A Batalha”. Mário foi um persistente animador dessa ideia e um esforçado colaborador da Comissão.

O governo, que já preparava os decretos de fascização dos sindicatos, não autorizou a saída do jornal.

Mário foi nomeado também secretário da secção de federações. Ali apresentou vários estudos sobre o problema industrial, estatística e aperfeiçoamento da organização sindical.

Organizou o Comité Nacional Revolucionário da C.G.T., órgão que tinha por fim preparar o movimento que eclodiu em 18 de Janeiro de 1934.

Pode-se dizer que foi a figura principal na preparação do já citado movimento.

Não desprezava um alvitre; estudava todos os detalhes; não executava nenhum trabalho sem que o Comité se pronunciasse; e observava sempre os princípios federalistas de que era acérrimo defensor.

Percorreu vários pontos do país; organizou os respectivos comités locais e regionais de acção revolucionária.

Mário foi preso em 14 de Janeiro de 1934, perdendo o Comité Nacional, com a sua prisão, o seu principal elemento.

Regressando a Lisboa, em Junho de 1931, ofereceram-lhe uma colocação bem remunerada. Como essa colocação lhe coartava os movimentos de militante, pois ficaria com operários debaixo da sua direcção, não a aceitou. Preferiu o lugar de escriturário do Sindicato do Pessoal de Câmaras, recebendo apenas a remuneração de 300\$00 mensais, não obstante as horas de trabalho irem muito além de 6 por dia.

Naquele sindicato realizou um trabalho intenso; organizou a biblioteca; montou a escrita devidamente; e executava todos os trabalhos resultantes das assembleias e das reuniões da Comissão Administrativa.

Em 1932 escreveu um folheto denominado “A acção dos organismos de transportes na transformação social”, que foi editado nesse ano. O produto da venda destinou-o à Solidariedade.

Como se trata dum simples esboço biográfico e dado que não possuímos aqui elementos para o ampliar como era nosso

desejo, aqui fica, cremos, o suficiente para que se fique conhecendo a tenacidade do lutador que se perdeu.

Teve uma vida agitada e de constantes preocupações. E sofreu mais com as injustiças de que foi vítima pro parte das pessoas que se diziam conscientes do que com as violências dos governantes, porque estas eram a resultante da sua própria luta.

No capítulo seguinte analisá-lo-emos como idealista.



Grupo de presos na Penitenciária de Lisboa (fotógrafo desconhecido), cerca de 1927.

Mário anarquista

Dizer que Mário Castelhana era anarquista não é uma afirmação que possa sofrer, com propriedade, qualquer contestação séria.

Não era dos que para defender um ideal precisam afirmar constantemente que o defendem. Pelo contrário, deixava aos outros o julgarem-no pelos seus actos. Muitos entendem que é preciso alardear pela palavra, a propósito de tudo e de nada, que defendem esta ou aquela ideia, dando-nos a impressão de que os seus actos e atitudes não são o suficiente para que sejam

considerados como tal. Mário tinha a preocupação de que os outros, analisando os seus actos e pontos de vista, que desasombradamente apresentava, o considerassem o que na realidade era – anarquista. Foi assim que o conhecemos.

Não se infira das considerações que fazemos que Mário tinha horror à afirmação. Não. Mário sempre que reconhecia a necessidade de vincular bem a sua qualidade, e para que não restasse a menor dúvida nos que o escutavam, afirmava-se anarquista duma maneira absolutamente clara.

Sendo anarquista por sentimento e por inteligência, entendia ser necessário, para que esse ideal penetrasse no cérebro dos trabalhadores, [que] a propaganda se fizesse, quer pelos organismos anarquistas, quer pela organização sindical, baseada nos princípios federalistas. É fundamental nesta opinião que ele defende com ardor a entrada dos anarquistas nos sindicatos, dando assim a sua colaboração à organização sindical. Era nos sindicatos, dizia, que os anarquistas podiam demonstrar a sua capacidade organizadora, contribuindo para que os trabalhadores, à medida que fossem adquirindo por intermédio do seu sindicato uma melhor situação económica, conseguissem também uma mais sólida consciência revolucionária no sentido federalista. Afirmava ser aos anarquistas que competia, pro meio da sua propaganda, defender a organização sindical das influências políticas partidárias. Foi esta forte convicção que o levou a militar sempre na organização sindical, onde prestou relevantes serviços, que jamais podem ser esquecidos.

Defendeu com denodo a união do proletariado dentro da C.G.T.. E muito embora se esforçasse por evitar a cisão, na qual não tivera qualquer responsabilidade, não o conseguira.

Estava integrado nos princípios da Associação Internacional dos Trabalhadores por reconhecer que este organismo era o que melhor interpretava as aspirações do proletariado.

Em relação à transformação social era de opinião de que à organização sindical competia o desempenho dum importante papel no terreno industrial. Dizia que os assuntos técnicos só ela estaria apta a resolvê-los, reservando para as comunas a missão da distribuição dos produtos de consumo e a orientação dos restantes serviços, incluindo a parte política da nova sociedade.

O seu pensamento encontramos-lo bem definido em todos os seus escritos. Estava, portanto, integrado nos objectivos expostos por Pierre Besnard^f nos seus livros; “Os sindicatos operários e a Revolução Social” e “O mundo novo”, o primeiro dos quais está editado em português.

Mário escreveu um livro em 1931^g, mas devido à situação política existente em Portugal, não foi possível publicá-lo. Este livro, sendo um livro de combate à ditadura, é ao mesmo tempo uma manifestação do seu valor mental e revolucionário.

Sempre coerente com os seus princípios, defendia a completa independência, quer da organização anarquista, quer da sindical, preconizando uma acção conjunta, mas sem ingerência.

No debate de opiniões em que tomava parte nunca perdeu a serenidade; usou sempre de tolerância para com os adversários, apresentando argumentos contra argumentos. Nunca fez ataques pessoais; e afirmava que, para combater ideias, não era digno que um revolucionário usasse de tais processos.

O seu espírito justo não lhe permitia que ficasse silencioso perante uma calúnia. Sempre que fosse formulada uma

^f PIERRE BESNARD (1886–1947) foi um sindicalista revolucionário francês. Ocupou o cargo de secretário-geral da Confederação Geral do Trabalho de Travail-Syndicaliste Révolutionnaire (CGT-SR) e da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT).

^g “Quatro Anos de Deportação”, apenas publicado em 1975, pela Seara Nova.

acusação a qualquer organização ou individuo, não dava a sua opinião sem investigar primeiro da veracidade da mesma.

Respeitava a dignidade alheia como se fosse sua; era assim que, em sua opinião, deviam proceder todos os revolucionários, em especial os anarquistas.

XXX

Lamentamos não possuir neste momento todos os escritos de Mário Castelhana para podermos desenvolver, como seria nosso desejo, este capítulo. Assim ajuizar-se-ia melhor até aonde chegavam as suas amplas concepções. Porém, temo-nos de vergar perante as realidades e aguardar outra oportunidade para ampliarmos o presente trabalho no sentido de que ele corresponda melhor aos nossos objectivos.



“Surgindo, vem ao longe a nova aurora,/que os povos há-de unir e libertar,/desperta, rude escravo, sem demora,/não leves toda a vida a meditar”, proclamava o Hino de A Batalha, entoado em todos os comícios e actos da CGT.

A sua concepção de solidariedade

Todos os que conviveram com Mário tiveram ocasião de conhecer a sua concepção de solidariedade. Ainda neste aspecto ele era o verdadeiro anarquista.

Era ele que, onde quer que se encontrasse, tomava a iniciativa de se criarem comissões para esse fim. Contribuía por vezes com importâncias superiores às suas possibilidades. Quantas e quantas vezes não deu ele, nas ruas de Lisboa, todo o dinheiro

que possuía nos bolsos aos camaradas necessitados que lhe apareciam!?

Quando qualquer camarada, que não possuía organização, se encontrava desempregado por falta de trabalho ou devido às perseguições do patrão, Mário procurava logo um grupo de amigos que se quotizasse a fim de ser prestada solidariedade ao referido camarada.

Devido às condições económicas da família, teve, na prisão, condições para viver melhor do que a maioria dos seus camaradas. Apesar disso, nunca comprava nada especial para si, sujeitando-se ao rancho, que muitas vezes evitava de comer para não agravar a doença de intestinos de que há muito sofria. Se por vezes lhe dizíamos que comprasse alguns alimentos em substituição do rancho, por este não ser aconselhável ao seu padecimento, respondia-nos que também o não era para a maioria, no entanto ela tinha de o comer por não ter possibilidades de comprar outra coisa.

O único alimento especial que comprava para si (se é que especial se lhe pode chamar) era por vezes um copo de leite, e mesmo isso fazia-o constrangido por nem todos os seus camaradas o poderem fazer.

A maior parte da importância, que mensalmente recebia, entregava-a na solidariedade aos seus camaradas.

Defendeu sempre o principio de que a solidariedade deve ser prestada voluntariamente sem o menor constrangimento, pois só desta forma a compreendia.

A sua grande preocupação era a de indagar da necessidade dos seus camaradas doentes, para que não lhe faltassem as coisas mais indispensáveis. Sempre que encontrasse essas necessidades tratava imediatamente de as satisfazer.

Defendeu com tenacidade os organismos de solidariedade e, onde quer que se encontrasse, fazia propaganda para o seu desenvolvimento.

Não concebia que um militante não tivesse a verdadeira noção dos deveres de solidariedade, especialmente o libertário. Quando se referia à solidariedade dizia: “As nossas ideias são, precisamente, baseadas na solidariedade; logo, os que as defendem, não podem esquecê-la. Se o fizerem, ou não procedem como pensam ou pensam erroneamente.”

Ainda sobre a solidariedade, escreveu um folheto no qual sintetiza bem o seu pensamento. Mas não era só a solidariedade material que ele defendia, ligava também muita importância à solidariedade moral, pois dizia que uma completava a outra.



Fotografia tirada à família de Mário Castelhana quando este se encontrava clandestinamente a viver num moinho, na Ramada (Odivelas, nos arredores de Lisboa), onde tinham instalado a tipografia clandestina da CGT, cerca de 1931. Aqui com a mulher, Lucinda Duarte.

Mário e a família

Seu pai casou duas vezes. Do primeiro matrimónio nasceram três filhos: Carlos, Francisco e José. Do segundo, quatro: Aurora, Raúl, Francisco e José. Os irmãos do primeiro matrimónio, cujas idades eram bastante afastadas umas das outras, militavam nos partidos republicanos, por isso nunca se interessaram pela causa dos trabalhadores. O Raúl, enquanto foi empregado da C.P., manteve-se sindicalizado, sem contudo se interessar muito pelos assuntos da classe. Demitiu-se da Companhia em 1920.

Porém, os quatro irmãos, filhos do segundo matrimónio, compreendiam-se muito bem. Existia entre eles uma admirável solidariedade. Tinham por seus pais uma grande admiração e dedicavam-lhes extremos carinhos, não só pela instrução que lhes tinham proporcionado, como também pela racional educação que lhe dera.

Os três irmãos mais velhos, filhos do primeiro matrimónio, constituíram família, ficando os outros quatro com seus pais.

Em 1920 morreu-lhes o pai, que tinha uma idade já bastante avançada. Ficou, portanto, a mãe vivendo somente com os seus quatro filhos, ou sejam: Aurora, Raúl, Mário e Branca.

Mário, que já tinha formada a sua mentalidade revolucionária, expunha em casa as suas ideias e procedia para com a família completamente de acordo com elas. Este seu procedimento contribuía não só para que fosse admirado pelos seus, mas ainda que suas irmãs se interessassem pelos que sofrem e estabelecessem entre si mais forte laços de solidariedade. Compreendiam-no; por isso, sempre que Mário era preso, em vez de se lamentarem, levavam-lhe à prisão o seu conforto moral, manifestando-lhe assim a concordância com a sua acção.

Mário, paladino da igualdade, em casa nunca aceitava qualquer alimento do qual não beneficiasse toda a família. Algumas vezes sucedia haver pouco em casa para comer. Então a mãe e as irmãs, no sentido de que ele, só ele comesse, pois o que havia era pouco para todos, diziam-lhe que não queriam. Ele então distribuía esse pouco igualmente pelos pratos e só começava a comer quando elas o faziam também. Assistimos várias vezes a estas cenas em sua casa.

Só admitia diferença de tratamento para os que se encontravam doentes. Só nestes casos, dizia, se poderia justificar uma diferença de alimentação na família.

Atravessou com a família situações económicas por vezes desafogadas, mas atravessou outras também muito difíceis. Contudo houve sempre a mesma harmonia e completa concordância entre eles.

Em casa procuraram sempre evitar que a mãe sofresse grandes desgostos com a prisão de Mário, devido, especialmente, à avançada idade e ao sofrimento de coração que a ia aniquilando lentamente.

Quando foi deportado, em 1927, pediu às irmãs para evitarem que a mãe soubesse da sua deportação. Nesta altura já ela estava gravemente enferma. Justificaram a ausência de Mário dizendo-lhe que ele tinha saído para a província e foi com esta convicção que ela faleceu em 1930.

Mário quando foi demitido da C.P. já tinha noiva. Porém, a situação económica dele e da família, agravada com o seu desemprego e o do irmão, que na mesma data se tinha demitido, também não lhe permitia constituir lar.

Além disso, os trabalhos da organização, a que se tinha devotado, não lhe deixavam tempo disponível para visitar com frequência a que era sua noiva. Ela, que o amava intensamente e compreendia o seu ideal, sofria essa ausência, que sabia ser forçada, com resignação.

Os anos iam passando sem que eles resolvessem a sua situação. Mário, trocando connosco impressões a propósito do seu casamento, dissera um dia: “vou casar, não tenho o direito de fazer esperar a minha noiva tanto tempo por mim”.

Como não encontrasse solução para as suas dificuldades económicas, que perduravam ainda, e não querendo abandonar os trabalhos da organização, que cada vez lhe absorviam mais tempo, chegou à conclusão de ter de casar-se mesmo nessas condições.

Casou-se em Setembro de 1926^h.

Em Fevereiro de 1927 é preso, sendo restituído à liberdade dias depois. Nos primeiros dias de Junho do mesmo ano é novamente preso e restituído à liberdade no fim desse mês. A sua companheira, apesar destes sobressaltos, nunca lamentava a sua situação e cada vez o trata com mais amor e carinho.

Mário tinha sobre a união conjugal amplas concepções, e a elevada cultura da sua companheira permitia que ele lhas expusesse clara e desenvolvidamente. É, pois, dentro dessas concepções que ele procede. Nunca lhe pediu a ela a menor explicação do que fazia, pois a ilimitada confiança que nela tinha era absoluta garantia do seu nobre e elevado procedimento.

Em 26 de Outubro de 1927 é preso pela terceira vez e a [palavra ilegível] de Novembro do mesmo ano era deportado para Angola. Só em Junho de 1931 é que regressou a casa. Ali permaneceu até 14 de Janeiro de 1934. Foi neste interregno, que não chegou a três anos, que lhe nasceu o único filho. Quando foi preso a última vez tinha o seu filho uns 16 meses. Alimentava grandes esperanças no filho, esperando que ele, com a educação que a mãe lhe ministrava, viesse a ser um valor mental e revolucionário.

Pobre Mário, não chegou a ver realizada tão legítima aspiração!

Quem, como nós, conhece a família de Mário sabe avaliar o rude golpe que ela acaba de sofrer com o seu desaparecimento.

A sua casa era uma verdadeira escola anarquista. Não necessitava de propagar ali as ideias: eram suficientes os

^h LUCINDA DUARTE CASTELHANO foi professora primária na Voz do Operário, em Lisboa. Libertária, sempre apoiou o activismo sindical e revolucionário de Mário Castelhana.

exemplos que diariamente dava. Em cada acto seu recebia-se uma lição de anarquismo.

Estamos certos de que a família de Mário, sofrendo profundamente com a sua morte, continuará a admirar o nobre ideal pelo qual ele abnegadamente deu a vida.



Mulheres africanas preparando farinha, no Huambo, Angola. Fotografia não identificado (eventualmente, o próprio Mário Castelhana). Consta de uma colecção do seu espólio pessoal sobre aspetos vários da sua deportação, e de outros opositores ao governo da ditadura militar para Angola e depois para os Açores, na sequência da insurreição vencida em fevereiro de 1927.

Primeira deportação

Fora preso no Governo Civil de Lisboa no dia 26 de Outubro de 1927, no momento em que ia visitar um preso e investigar dos motivos da sua prisão, para em seguida tratar junto do director da polícia da libertação daquele.

Dali seguiu para a Penitenciária onde se encontravam muitos presos políticos, envolvidos no movimento revolucionário de

Fevereiro daquele ano. No dia 15 de Novembro embarcou a bordo do “Pedro Gomes” com mais 22 presos com destino a Angola. Desembarcou em Novo Redondo – com mais 19 presos – os restantes seguiram outro destino.

Mário e seus companheiros passaram para Vila Nova do Seles onde lhes fixaram residência.

A bordo, Mário conquistou as simpatias não só dos seus companheiros de deportação, como também dos passageiros e tripulantes.

Como os presos foram metidos no porão destinado à bagagem, em péssimos alojamentos, alvitrou que se enviasse uma carta ao comandante reclamando melhores alojamentos. Por unanimidade foi encarregado de a redigir. O comandante atende a reclamação, não só autorizando a transferência para a 3ª classe, mas também o passeio livre por todo o barco.

Em Vila Nova do Seles, passados poucos dias de ali ter chegado, conquista a simpatia de todos os brancos, incluindo os seus próprios funcionários.

Sempre que se proporcionava expunha os seus pontos de vista [palavras ilegíveis] com as ideias que defendia. Discutia com tal elevação que os que o escutavam diziam que, não perfilhando as suas ideias, reconheciam que estas, a terem materialização, terminariam com todas as injustiças.

Quando havia assuntos que interessavam aos deportados era sempre um dos nomeados para os tratar junto das autoridades. Então, com a sua forte argumentação, com a atitude correcta e altiva que o caracterizava, conseguia muitas vezes o que reclamava.

O seu espírito organizador em qualquer parte se manifestava, por isso os seus companheiros o indicavam para o desempenho de missões, das quais dependia a melhoria da sua situação. É bom dizer que, desses 20 deportados, somente três eram

avanzados: dois libertários e um comunista. Os restantes eram republicanos ou haviam agido debaixo da sua direcção.

A raça negra merecia a Mário um especial carinho. Vendo como os brancos a exploravam e escravizavam protestava junto deles contra o seu procedimento.

Sempre que defendia os pretos recebia como resposta: “O senhor não conhece a raça negra; o preto não quer trabalhar e rouba tudo o que estiver ao seu alcance”. Acrescentavam que o preto tinha que ser tratado com dureza para ser mantido em respeito. Estes argumentos eram por Mário sabiamente refutados e destruídos; demonstrava que a maioria dos trabalhos executados em África eram os pretos que a executava; os brancos limitavam-se a mandar e a explorá-los. Aos seus opositores faltava-lhes a argumentação lógica e respondiam-lhe que se ele tivesse que mandar os pretos no trabalho seria forçado a bater-lhes.

Para que o leitor possa avaliar bem o espírito de justiça de Mário citamos aos acaso algumas cenas que se deram pouco tempo depois dele ter chegado a Vila Nova do Seles:

Os deportados foram instalados numa enfermaria indígena, que distava uns 300 metros da vila. O administrador da circunscrição fornecera três pretos, que se encontravam na prisão, para fazerem o serviço de faxina. A um deles, que sabia falar português, Mário começa pro perguntar-lhe quais as causas da sua prisão. O homem respondeu-lhe que estava preso, acusado de ter morto outro, e que se encontrava nesta situação havia três anos, sem que tivesse processo organizado. Não existiam, segundo ele, elementos de prova, e afirmava ser inocente. Queixou-se dos maus tratos que tinha recebido com o objectivo de lhe arrancarem uma confissão, mas dizia: “não matei, não podia confessar”.

Mário, ouvindo as declarações do preto, que lhe pareceram sinceras, resolve escrever uma carta ao administrador,

pedindo-lhe que estudasse com atenção o caso do preto em referência. Pois, segundo Mário, havia muito de verdade nas declarações do indígena.

O administrador ao receber a carta convida Mário a ir à Circunscrição para falar sobre o assunto. Os dois apreciaram os autos e neles encontraram escaradas muitas das declarações que o preto havia feito a Mário. Mas como o caso se encontrasse pendente do tribunal, o administrador, que até então não se lembrava do desgraçado, promete agora interessar-se pelo assunto.

Decorridos poucos meses, o preto é posto em liberdade condicional, indo como criado para casa do administrador. Se não fosse a intervenção de Mário, quantos mais (anos) não estaria preso aquele infeliz?

Outro caso digno de nota também:

Os pretos que se encontravam presos eram obrigados a trabalhar nas estradas ou noutros serviços públicos. Na execução desses trabalhos andavam, além de amarrados uns aos outros, com grossas e pesadas correntes de ferro, acompanhados de cipaios.

Este espectáculo revoltava todo o ser que possuísse um pouco de sentimentos humanos. Mas os brancos ali residentes eram insensíveis e, portanto, o espectáculo continuava.

Um dia Mário, estando a falar com o administrador sobre diversos assuntos, aproveita a ocasião para protestar contra o facto de se obrigarem homens presos a trabalhar naquelas circunstâncias, isto é, depois de devidamente guardados, amarrados uns aos outros com fortes e pesadas correntes de ferro.

O administrador argumentava, porém Mário, a esses argumentos, respondia que não havia justificação para tal procedimento; que um acto destes não honrava nada um país

que se rotulava de civilizado e civilizador. A argumentação de Mário foi convincente que, no dia seguinte, os presos seguiram para o trabalho sem as correntes, indo somente guardados por cipaíais.

Se outros factos não houvesse estes serviam o suficiente para se aquilatar [?] da sua craveira moral e dos seus elevados sentimentos. Mas há mais exemplos.

A situação económica dos deportados que se encontravam em Seles era bastante difícil visto o subsídio que recebiam ser insuficiente para a sua alimentação e não haver ali facilidade em arranjar colocação.

O presidente da Associação Comercial do Novo Redondo, sabendo por um seu amigo que Mário Castelhana era competente para dirigir o jornal, órgão daquela associação, serviu-se desse amigo para, em seu nome, convidar Mário para director do jornal, oferecendo-lhe a remuneração de três mil angolares mensais. Mário respondeu imediatamente que não podia aceitar tal oferecimento porque a índole do jornal era incompatível com o seu modo de pensar; que não se prestaria ao papel de defender interesses que considerava ilegítimos. Acrescentou à sua recusa a declaração de que só daria a sua colaboração à imprensa que defendesse as aspirações dos trabalhadores e combatesse todas as violências e injustiças.

Esta sua atitude contribuiu ainda mais para o elevar à consideração de todos que ali o conheciam.

Mário fazia tudo isto sem o menor alarde, com tanta naturalidade que todos reconheciam não haver da sua parte qualquer manifestação de vaidade.

Ao fim de um ano de deportação, o médico, que era seu amigo, arranhou-lhe colocação na roça “Belo Horizonte”, da Companhia Agrícola de Angola, como empregado de escritório.

Tratando[-se] dum trabalho que dizia respeito à sua profissão, aceitou. Ali tinha a seu cargo não só todo o serviço de escritório, como algumas centenas de pretos que trabalhavam nos serviços agrícolas. Mário ia ter agora ocasião de ver se para dirigir era ou não preciso bater-lhes.

O administrador da roça, homem de rudimentar cultura, também tinha sobre os pretos o critério de que eles só trabalhavam à força de maus tratos – critério, aliás, de todos os brancos que vão para a África com a ambição de arranjar fortuna em poucos anos, sem se preocuparem com os processos; o que é preciso, quanto a eles, é enriquecer depressa.

Mário, ao tomar posse do lugar, declarou que cumpriria com os seus deveres e para tal estava convencido de não lhe ser necessário usar de processos que repugnavam à sua consciência.

Durante todo o tempo em que trabalhou na roça nunca maltratou um preto, e nem por isso lhe deixaram de fazer o serviço que lhes era indicado.

Reconhecia o atraso em que estava a raça negra; os pretos eram verdadeiras crianças grandes e, precisamente pro estarem nesse atraso, é que tinha a opinião de que eles deviam ser tratados com mais humanidade, criando-se-lhes necessidades e proporcionando-lhes a sua satisfação.

Os pretos, mesmo no seu estado de atraso, reconheciam que Mário os tratava de maneira muito diferente dos outros brancos, tendo por vezes expressões como estas: “ Este branco é diferente dos outros; não é branco do tempo antigo”.

Quando Mário voluntariamente se demitiu, os pretos patentearam-lhe o seu pesar, realizando em sua homenagem um “batuque”, autorizado pelo administrador da roça. Ali só deixou amigos. Os brancos – desde o administrador ao empregado de campo – todos admiravam as suas qualidades.

Em 1930, devido aos acontecimentos políticos desenrolados em Angola, o governo transferiu para os Açores todos os deportados que em Angola se encontravam.

Foi-lhe fixada residência, assim como a outros deportados, na ilha do Pico. A sua preocupação era a de que existisse, entre todos, uma estreita união e que o seu porte fosse de molde a impor-se à consideração dos habitantes daquela ilha. Depressa conquistou ali as simpatias da população, o que não agradava aos partidários do governo, que viam fracassar a propaganda política da União Nacional, visto que para isso bastava a conduta dos deportados.

Nos fins de Março de 1931, o governo resolve transferir dos Açores para um campo de concentração da ilha de S. Nicolau de Cabo Verde todos os deportados. É precisamente o conhecimento da resolução do governo que precipita o movimento revolucionário da Madeira. O movimento eclodiu a 4 de Abril e a 7 chegavam ao Funchal muitos deportados que ali deviam aguardar barco que os conduzisse a Cabo Verde. Entre eles encontrava-se Mário, que imediatamente se lança ao trabalho de organizador, no sentido dos trabalhadores da ilha cumprirem o seu dever.

A organização sindical do Funchal confiou-lhe a direcção do jornal “A Batalha”, órgão da União dos Sindicatos daquela cidade.

Mário reuniu com as direcções de todos os sindicatos demonstrando-lhes a necessidade que havia dos trabalhadores entrarem na luta em defesa da liberdade e das suas regalias. Nessa reunião foi encarregado de redigir um manifesto dirigido ao povo da Madeira exortando-o a cumprir o seu dever.

Todas as classes reuniram e decidiram colaborar na luta.

O jornal “A Batalha” era avidamente procurado.

No dia em que terminava o prazo dado ultimato do ministro da Marinha para a rendição dos revoltosos, Mário falava num comício levado a efeito pela organização operária local, ao qual assistiram milhares de trabalhadores. Quando o comício terminou já a cidade estava a ser bombardeada pelo cruzador “Vasco da Gama”.

Mário Castelhana durante os dias de luta não descansou, quer orientando a acção do operariado, quer vigiando as trincheiras.

Após a rendição recusou-se a ir para bordo dos barcos de guerra ingleses. Conseguiu ao fim de 33 dias sair do Funchal com destino a Lisboa, onde chegou no dia 9 de Junho de 1931.

Sinais particulares

N.º 146

Alfama

Cor

Nacionalidade

Nome e apelido: *Mário dos Santos Castelhan*

Estado: *Parado* Profissão: *Empregado de escritório*

Nacionalidade: *Portuguesa* Data do nascimento: *11/11/1884*

Mulher: *Joia Maria Castelhan e Maria dos Santos Castelhan*

Outras indicações: *Residência Rua de Andara da Ybratxa, Guapa, 16*

Numero do processo de valores ou documentos apreendidos: *Fafeceu*

BIOGRAFIA PRISIONAL

Proc.º 1111. Preso em 14/1/1934, em 14 de Janeiro de 1934, vítima de uma operação preparada a nível geral, revolucionária, após a sua libertação num tabuleiro de bombas, para a sua libertação, por intervenção de 11/1/1934, fundado no sub-terráneo de 1934, após a libertação, sua prisão, após a multa de 20.000,00 e sua entrega ao carcere, em 14/1/1934, seguiu para a Cadeia de Vigilancia Prisional de São Paulo Verde em 14 de Janeiro de 1934. Em 18 de Janeiro de 1934, foi libertado na cadeia de São Paulo Verde (p. 1111).

Ficha policial de Mário Castelhan depois de ser preso em 14 de Janeiro de 1934, quando coordenava a acção revolucionária que eclodiu 4 dias depois.

Na prisão

A sua última prisão dá-se no dia 14 de Janeiro de 1934, 4 dias antes da eclusão do movimento.

O Comité Nacional do movimento ficou privado dum dos seus melhores elementos e não foi sem dificuldades que preencheu a sua vaga.

Mário tinha bem noção das suas responsabilidades; preferia a morte a ter que fornecer à polícia [informações] que pudessem prejudicar os seus camaradas e colaboradores..

Até ao dia 18 foi bárbara e selvaticamente espancado pela polícia. E só depois da confissão de alguns operários presos ele se viu forçado, também a confirmar muitas das acusações que lhe eram feitas. Para evitar mais prisões chamou a si todas as responsabilidades, embora não tivesse exercido todas as acções que lhe eram atribuídas.

Esteve mais de um mês incomunicável no segredo da cadeia do Aljube. Dali transitou para a Casa da Reclusão da Trafaria.

O julgamento de Mário realizou-se na Trafaria em Março do mesmo ano. Além da contestação que apresentou fez uso da palavra para demonstrar ao Tribunal que não lhe reconhecia autoridade moral para o julgar nem aos seus camaradas, porque a acção exercida, da qual assumia a responsabilidade, tinha sido em defesa das liberdades cerceadas. Foram tão contundentes as suas afirmações que o tribunal, na sentença que o condenou a 16 anos, disse que o réu se encontrava incurso nos artigos que permitiam aos julgadores condená-lo em 20 anos, mas o desassombro do réu e a sua firmeza de carácter eram atenuantes e portanto era condenado á pena atrás citada. Na devida oportunidade será publicado o documento - contestação por ele elaborado nessa ocasião.

Na prisão, recebendo alimentação de casa, nunca comia sem que os seus dois companheiros de cela com ele comessem também.

Na Trafaria as celas eram impróprias para seres humanos e a cama compunha-se de duas enxergas para três. A alimentação era intragável e mal confeccionada.

Muitos dos presos, que eram da província, não tinham família em Lisboa; por este facto, e dado que não possuíam dinheiro para se alimentar à sua custa, viam-se forçados a comer o rancho que era detestável.

Surge então o alvitre dum movimento contra a má qualidade do rancho, reclamando, portanto, melhor alimentação.

Mário, embora não se alimentasse com a comida da prisão, colaborou na preparação desse movimento que teve lugar no dia 22 de Abril de 1934. A repressão foi violentíssima por parte da força armada, que começou por agredir os presos à coronhada e à sabrada.

Por motivo desse movimento foram transferidos para uma das salas do Aljube, além de Mário, 15 camaradas seus.

Uma vez aqui continua a receber alimentação de casa; mas como na sala onde se encontrava estavam alguns libertários, que não tinham por alimento senão o rancho, e como a comida que Mário recebia não chegava para todos, resolveu que todos os dias um desses libertários comesse com ele.

O rancho que então era fornecido para o almoço – sopa de feijão frade, não se podia comer, visto que o feijão estava podre. Esta circunstância levou os presos à elaboração dum protesto contra o rancho, protesto a que Mário, não obstante ter comida de casa, deu todo o seu apoio, sujeitando-se como os seus camaradas às circunstâncias que daí obrigassem.

O director da cadeia não só não melhorou o rancho mas ainda mandou para o segredo alguns presos, entre eles Mário, atribuindo-lhe a redacção do dito protesto. Além disso, proibiu-lhe o receber comida de casa enquanto se encontrasse no Aljube.

Estas violências não o intimidavam. Mesmo na prisão se preocupava com a situação dos camaradas, quer dos que se encontravam em sua companhia, quer dos que estavam nas outras prisões.

Escrevia artigos para o jornal “A Batalha”, que era publicado clandestinamente, e transmitia a sua opinião sobre os trabalhos da sua organização.

As cartas que então escrevia à sua organização continham admiráveis lições. Fazia observações tendentes a que os trabalhos em curso tivessem o melhor êxito.



Tarrafal, em Cabo Verde, que funcionou como Campo da Morte Lenta para mais de três centenas de presos políticos portugueses entre 1936 e 1954 e onde Mário Castelhana morreu a 12 de Outubro de 1940, vítima das más condições do campo e da falta de assistência médica.

Segunda e última deportação

Por motivo do movimento de 18 de Janeiro de 1934, embarcaram no dia 8 de Setembro do mesmo ano, com destino a Angra do Heroísmo, os primeiros presos condenados. Era esta a segunda deportação de Mário Castelhana.

Chegados a Angra inicia-se por parte dos carcereiros um ambiente de terror para o qual foram dadas rigorosas instruções aos praças da G.N.R..

Foi esta atitude dos carcereiros que contribuiu grandemente para que entre os presos se estabelecesse uma forte união, com o objectivo de defenderem a sua existência.

Mário foi um extremo defensor dessa união. Defendeu sempre com ardor a acção colectiva entre os presos e reprovou a individual.

E sempre que os carcereiros adoptavam medidas em prejuízo dos presos Mário era u dos primeiros a levantar a sua voz contra essas medidas.

Tomou parte em todos os movimentos de protesto levados a efeito pelos presos contra os espancamentos e outras injustiças. Sofreu vários castigos na “Poterna” e “Calejão”ⁱ por defender os seus interesses, que eram também os dos seus camaradas, nunca cometeu uma incorrecção; e sempre que lhe era necessário dirigir-se a um carcereiro fazia-o com altivez.

Trabalho denodadamente para que entre os presos libertários houvesse sempre uma comunhão de ideias; admirava todos os presos que mantivessem atitudes elevadas e dignas; e tão bem tratava o camarada culto como o inculto, não fazendo distinção entre este e aquele.

Ensinou as primeiras letras a alguns dos seus camaradas analfabetos e aproveitava todo o tempo disponível para estudar e ler. Raramente estava sem fazer coisa alguma.

Era tal o seu dinamismo que considerava uma falta a não aplicação de tempo em trabalho útil.

XXX

Em 23 de Outubro de 1936, Mário, conjuntamente com cerca de 70 presos, embarca no vapor “Luanda” com destino ao Tarrafal – terra que mais tarde devia servir-lhe de sepultura. O desembarque realizou-se a 29 desse mesmo mês. A bordo, não se sabendo ainda qual a situação que iria ser criada aos presos,

ⁱ A *Poterna* e o *Calejão* eram subterrâneos escuros e húmidos que, a par das Furnas, serviam de lugar de castigo e isolamento dos presos na Fortaleza de Angra do Heroísmo.

Mário procura que entre todos fosse estudada, em todos os aspectos, a atitude a tomar, defendendo ele o principio de se continuar a manter a união entre todos, face aos carcereiros.

Mário, já no campo, na sua respectiva barraca, diligencia harmonizar sempre as opiniões e defende o principio de se aceitarem os delegados de barraca nomeados pelos carcereiros e cuja delegacia merecesse a confiança dos presos.

Na barraca apresentava a sua opinião em relação aos assuntos expostos, e sempre que lhe era pedida a sua colaboração para beneficio colectivo, nunca a recusava.

Como delegado de barraca e membro da Comissão do campo, Mário desenvolveu uma acção persistente, junto da Direcção da Colónia, que muito beneficiou os presos.

No chamado “período agudo”, em que apenas se encontravam uns vinte presos, Mário junto a estes desenvolveu extraordinária actividade. Saía da barraca de manhã e só reaparecia na madrugada seguinte para repousar um pouco. Com os camaradas enfermeiros tratava dos doentes, tratamento que se resumia a assistência moral e pouco mais, pois não existiam medicamentos para debelar o mal.

Mas nem só no “período agudo” com os doentes, fazia-o sempre que sabia que um preso se encontrava nestas condições. Visitava todos que estivessem na enfermaria e no “Depósito de doentes” a todos dirigia palavras amigas e de conforto moral.

Em relação aos trabalhos da Colónia, executava as tarefas que lhe destinavam, ainda as mais árduas e pesadas, e nunca procurou escolher ou pedir trabalho moderado. Trabalhou sempre.

Em 1939 estive 8 dias com febre. Durante este período estive internado no “Depósito”.

Em 27 de Março do corrente ano baixou novamente ao “Depósito” com um calo agravado na mão esquerda tendo alta em 5 de Julho para voltar a baixar em 5 de Agosto.

Feito o combate ao paludismo, declarou-se a febre intestinal, febre que lhe roubou a vida, Mário alimentava a esperança na cura, não pensava na morte.

A doença entra na segunda fase; a febre baixa, mas o seu estado de fraqueza acentua-se cada vez mais.

Porém, as aparentes melhoras davam-nos a convicção de que o perigo se ia afastando. Infeliz engano! O mal que o contaminava era de morte, no Tarrafal! Em breve tivemos a trágica e dolorosa confirmação. Os cuidados dos enfermeiros e doutros camaradas, que tinham o encargo de lhe prestar os serviços necessários, foram insuficientes para lhe salvar a vida.

No dia 5 de Outubro o seu estado agrava-se e todas as esperanças de cura se desfazem como uma bola de neve. Mário estava irremediavelmente perdido! Lutava denodadamente com a morte. Em vão procurava furtar-se às suas garras tenebrosas e os amigos sofriam o desgosto de se aproximar a hora fatal, a hora derradeira, em que iam perder para sempre o camarada leal, o amigo delicado, o lutador admirável!

A irrefragável realidade nada a detinha. Nem a vontade humana, nem os recursos da ciência (que poucos eram no Tarrafal) puderam naquele momento evitar o fatal desenlace. Mário, que no decurso da doença sofria com admirável estoicismo, vai, agora, perdendo, pouco a pouco, a noção das coisas. As últimas 48 horas de vida foram para ele um doloroso sofrimento.

A morte, que há dias vinha pairando junto do seu leito, consegue, por fim, arrebatá-lo no dia 12 de Outubro à uma hora e 45 minutos.

A perda de Mário Castelhana não pode ser analisada só pelo lado sentimental; ela deve ser analisada também pelo lado real.

Nas páginas que acabais de ler fica traçada a traços largos a figura moral de um homem que em toda a sua vida lutou pela defesa dum ideal, morrendo por ele.

Os trabalhadores perderam em Mário Castelhana um dos seus mais extremos defensores.

Mário Castelhana não era um chefe (no significado vulgar da palavra): era o camarada que dava e recebia opiniões, que sabia orientar. Não pode haver semelhança entre o que vulgarmente se intitula chefe e o orientador; enquanto aquele determina, este orienta de harmonia com a vontade e interesse do maior número.

Mário Castelhana amava a liberdade e, para a defender, empregou todos os seus esforços e a sua inteligência. O seu nome será venerado por todos aqueles que aspiram à sua integral emancipação.

Mário Castelhana, ao abraçar o ideal mais sublime, não desconhecia as forças que se opunham à sua materialização. Sabia que a estrada que ia percorrer estava cheia de peripécias.

Durante 30 anos foi, dia a dia, afastando dessa estrada todos os obstáculos que se opunham à marcha da Revolução. Mas aos 44 anos foi impotente para se opor ao mais forte que se lhe deparou – a morte!

As páginas que acabais de ler, e que foram escritas com sinceridade, representam uma justa homenagem à memória do que em vida foi um camarada leal, companheiro de 21 anos de luta, um verdadeiro irmão de ideal. Elas poderão servir de subsídio a quem quiser fazer, com mais amplitude, a biografia de Mário Castelhana.

São muitos os factores que contribuem para que o presente trabalho não seja mais completo. [Ilegível] deles sobrepõem todos os outros: falta de elementos de consulta, deficiência de engenho literário e a grande dor moral que nos fere profundamente.

Novembro de 1940, Manuel Henriques Rijo

Campo de Concentração – Tarrafal – Cabo Verde

Nota

Mário Castelhana nasceu em Lisboa no dia 31 de Maio de 1896

Foi preso pela 1ª vez em Novembro de 1922, e restituído à liberdade 5 dias depois.

Em Dezembro de 1923 sofre nova prisão, que se manteve 8 dias.

No dia 5 de Fevereiro de 1927 é mais uma vez preso, sendo então director de “A Batalha”. Dois dias depois (7 de Fevereiro) são os revolucionários que lhe abrem as portas da cadeia.

No dia 9 de Junho desse ano volta a ser preso e restituído à liberdade 15 dias depois.

A 26 de Setembro de 1927 é preso pela 5ª vez e deportado a 15 do mês seguinte.

Conseguindo fugir da deportação quando da revolta da Madeira (1931) é preso em Lisboa em 14 de Janeiro de 1934. Segue-se a deportação para Angra (Fortaleza de São João Batista), a 8 de Setembro de 1934 e transferido para o Tarrafal em 23-X-936

Faleceu a 12 de Outubro de 1940.

Recordação

Recordamos com sinceridade os malogrados lutadores contra o fascismo: José Pereira, Augusto Costa, Rafael Pinto Tobias, Francisco Domingos Quintas, Cândido Alves Barja, Francisco Nascimento Esteves, Alfredo Caldeira, Fernando Alcobia, Jaime F. de Sousa, Albino Coelho; que no Campo de Concentração do Tarrafal também perderam a vida prematuramente.^j

^j Nome dos restantes antifascistas mortos no Tarrafal, de vários quadrantes políticos, até à data em que esta biografia foi escrita (Novembro de 1940). Durante a existência do campo do Tarrafal (a funcionar para os presos políticos portugueses até 1954), morreriam ali, no total, 32 militantes antifascistas, a maioria anarquistas e comunistas.

NOTAS DO EDITOR

¹ PEDRO MATOS FILIPE (1905 – 1937) - Anarco-Sindicalista, estivador, foi a primeira vítima do Campo de Concentração do Tarrafal, falecendo aos 32 anos, vítima de biliose, sem qualquer assistência médica, um ano após a sua chegada, acusado de ter participado nas acções do 18 de Janeiro. Segundo Acácio Tomás de Aquino, Pedro de Matos Filipe, que "era um dos rapazes mais fortes do Acampamento", quando morreu "estava reduzido a pele e osso". No último encontro com Pedro este disse que estava "com uma diarreia de sangue há bastante tempo, e o médico nada me fez até à data!". O seu nome está assinalado numa rua da Cova da Piedade, Almada.

² ABÍLIO AUGUSTO BELCHIOR (1898 - 1937) Marmorista do Porto, foi preso por fazer parte da CGT e sob a acusação de ter participado em atentados. Condenado a degredo, com prisão, foi enviado para a Fortaleza de São João Baptista, em Angra do Heroísmo, e em 23 de Outubro de 1936, Abílio Augusto Belchior integrou a primeira leva de presos políticos enviada para o Campo de Concentração do Tarrafal, onde faleceu em 29 de Outubro de 1937, com 39 anos de idade.

³ ABÍLIO AUGUSTO BELCHIOR (1898 - 1937) Marmorista do Porto, foi preso por fazer parte da CGT e sob a acusação de ter participado em atentados. Condenado a degredo, com prisão, foi enviado para a Fortaleza de São João Baptista, em Angra do Heroísmo, e em 23 de Outubro de 1936, Abílio Augusto Belchior integrou a primeira leva de presos políticos enviada para o Campo de Concentração do Tarrafal, onde faleceu em 29 de Outubro de 1937, com 39 anos de idade.

⁴ No dia 29 de Outubro de 1936, chegava ao Tarrafal, em Cabo Verde, a primeira leva de 152 presos, inaugurando assim este campo de concentração do fascismo português que iria ter duas fases: até 1954 para os anti-fascistas portugueses e entre 1961 e 1974 para os nacionalistas africanos. Na altura, os presos foram alojados em barracas de campanha, com arame farpado à volta, e em situação muito precária. Só depois começou a construção das estruturas de alvenaria que tornaram as condições de habitabilidade menos dramáticas. Sempre em grande número, sobretudo em finais de 30 e nos anos 40, os anarquistas presos – a maioria como Custódio da

Costa ou Acácio Tomás Aquino estiveram lá durante 16 anos – constituíram-se em Organização Libertária Prisional (1936-1952). A OLP foi fundamental para o apoio e solidariedade aos presos anarquistas, ao contacto com outras organizações de presos de outras ideologias, etc. Dos 340 antifascistas que passaram pelo Campo do Tarrafal (conhecido entre os presos como Campo da Morte Lenta), entre 1936 e 1953, 32 encontraram ali a morte e muitos outros trouxeram doenças e sequelas infundáveis.

⁵ MIGUEL CORREIA (1889-1940) nasceu em Beja no dia 30 de Abril de 1889 e faleceu em Lourenço Marques, no dia 3 de Julho de 1940. (...) Foi um notável orador e conferencista, tendo também uma acção muito influente entre os ferroviários do Sul e Sueste e Minho e Douro. Esforçado paladino da classe, por ela se sacrificou e aos seus, participando em todos os movimentos que visassem a melhoria das suas condições de vida. E, Setembo de 1926 é deportado para Cabo Verde. Quando regressa, decide ir para Moçambique, para onde parte com a família no vapor "Mousinho", desembarcando em Lourenço Marques no dia 6 de Junho de 1935, onde exerceu várias profissões, entre elas a de chefe da redacção do diário O Jornal, daquela cidade, até 1937, quando se declara a doença que o vitimaria três anos depois.